

LUÍS CARDIM

NOVOS DOCUMENTOS

SOBRE AS

“LETTRES PORTUGAISES”

Separata de A ÁGUIA n.ºs 49 a 54 (3.ª série)

1927

EMP. INDUST. GRÁFICA DO PORTO, L.da
RUA DOS MÁRTIRES DA LIBERDADE, 178

LUIS CARDIM

NOVOS DOCUMENTOS

SOBRE AS

LETTRES PORTUGAISES.

Separata de A ADUJA nos 19 e 20 (1.ª e 2.ª séries)

1857

RUA DOS MARTIRES DA LIBERDADE, 133
LAMP. INDUST. GRAFICA DO PORTO, L. BR.

NOVOS DOCUMENTOS

SOBRE AS

“LETTRES PORTUGAISES”

12



INSTITUTIONAL DOCUMENTS
FORM NO. 1
MAY 1961

LUÍS CARDIM

NOVOS DOCUMENTOS

SOBRE AS

“LETTRES PORTUGAISES

Separata de A ÁGUIA n.ºs 49 a 54 (3.ª série)

1927

EMP. INDUST. GRÁFICA DO PORTO, L.da
RUA DOS MÁRTIRES DA LIBERDADE, 178

O professor F. C. Green, da Universidade de Rochester, U. S. A., encontrou em França alguns novos documentos relativos às *Lettres Portugaises*, baseando neles uma revisão dos problemas da autoria e nacionalidade, que publicou na *Modern Language Review* de Abril do ano transacto. O assunto pertence aos romanistas; pela nossa parte quasi nos limitaremos a transmitir aos leitores de *A Águia* as novas descobertas, que supomos não terem ainda sido tratadas na imprensa portuguesa, completando-as num ou noutro ponto com alguns elementos que conseguimos colher.

No artigo do prof. Green consideraremos em primeiro lugar os documentos que desvenda, e depois a argumentação, de ordem literária ou histórica, com que procura reforçar o significado que pretende dar-lhes.

* * *

O estado anterior da questão é demasiado conhecido entre nós para nos demorarmos em minúcias (1).

A primeira edição é a do livreiro Claude Barbin, de Paris, com o *achevé d'imprimer* de 4 de Janeiro de 1669. As cartas revelam o nome da autora, *Marianne*, mas, como era de esperar dada a sua natureza, sem nenhum apelido. No «ao leitor» declara-se que são duma religiosa portuguesa a um gentil-homem francês que serviu em Portugal, mas que se ignora o nome daquele a quem foram escritas, bem como o de quem fez a tradução.

(1) A obra fundamental a consultar sobre o assunto é, como se sabe, a de Luciano Cordeiro, *Soror Marianna, a freira portuguesa*, publicada em 1888, com uma segunda edição, revista e aumentada, de 1890. É a esta edição que reportamos as nossas citações.

Uma boa apreciação em Fidelino de Figueiredo, *História da Literatura Clássica*, vol. 2.º, pág. 293 e seg..

A primeira atribuição definida, quanto a estas duas personagens, é ainda do mesmo ano, e vem numa outra edição, a de Pierre du Marteau, impressa em Colónia; reproduzindo no demais o prefácio de Barbin, declara porém que o destinatário é o «Chevalier de Chamilly» e o tradutor «Cuilleraque» (1). Êste último nome foi na edição de Roger, 1699, emendado para Guilleraque (2), e mais tarde, desde 1778 (3), identificado, com ou sem razão, com o conde Lavergne de Guilleragues, que privou com Racine, Boileau, Mme de Sévigné e a Maintenon, dirigiu por algum tempo a *Gazette de France* e acabou embaixador na Turquia.

Sôbre o apelido da freira portuguesa reinou a obscuridade durante cêrca de século e meio; é só em 1810 que êle aparece indicado num folhetim do *Journal de l'Empire*, subscrito apenas com um *omega*, cujo autor o encontrara numa nota manuscrita do seu exemplar da primeira edição. Sabe-se que o artigo é do crítico Boissonadé (mais tarde tradutor do *Hyssope*), porque Barbier assim no-lo diz logo no mesmo ano (4), e porque o exemplar em questão, com a reprodução da nota, figura num catálogo dos seus livros (5). Ora, segundo essa nota, a autora das cartas fôra «Marianne Alcaforada, religieuse à Beja, entre l'Estramadure e l'Andalousie». A grafia Alcaforado também ocorre em português, encontrando-se, por exemplo, no manuscrito da Biblioteca Municipal do Pôrto, *Pumar* (sic) *genealógico*, de Frei João da Madre de Deus; quanto ao *a* final, como se sabe, indica a forma feminina do patronímico, ao uso do tempo.

Logo o Morgado de Mateus começou a investigar, mas mediaram ainda muitos anos antes que as pesquisas fôsem inteiramente bem sucedidas. Nem Sousa Botelho, nem Felner, nem Juromenha conseguiram descobrir essa vergontea bejeuse da família daquele apelido (6). Camilo, em 1876, na continuação do *Curso de Literatura Portuguesa*, de Andrade Ferreira, é o primeiro a apontar, seguindo certas genealogias, a existên-

(1) Cordeiro, *ob. cit.*, pág. 61.

(2) *Ibid.*, pág. 65.

(3) *Ibid.*, pág. 333.

(4) Vem na *Bibliothèque d'un homme de goût*, de Chaudon, publicada primeiro anonimamente, depois sucessivamente aumentada pelo abade de La Porte, por Desessarts, e finalmente por Barbier: edição de 1810, vol. V, pág. 309. Sôbre Alexandre Barbier, bibliógrafo do Conselho de Estado, ver a «Notícia biográfica e literária» publicada por seu filho em 1827, no 4.º volume da segunda edição da sua obra principal, o *Dictionnaire des Ouvrages Anonymes*, a qual é seguida duma lista dos seus numerosos trabalhos.

(5) L. Cordeiro, *ob. cit.*, pág. 85.

(6) *Ibid.*, págs. 85 e 91.

cia real duma Mariana Alcoforado no convento da Conceição, em Beja, em época que não desconvinha à cronologia (1). Finalmente em 1888 Luciano Cordeiro firmava definitivamente esta indicação, apresentando vários documentos, entre êles os assentos do baptismo e do óbito, respectivamente em 1640 e 1723 (2), bem como o testamento de seu pai, de 1660, em que é designada como já professa.

As hipóteses relativas às Cartas podem talvez ordenar-se como segue:

a) — As cartas são inteiramente forjadas, em francês, decerto por um homem. Rousseau considerava que uma mulher nunca as poderia ter escrito (3).

b) — Os amores Chamilly — Mariana Alcoforado existiram, mas as cartas não foram escritas por Mariana: êsses amores apenas sugeriram a alguém a idea das cartas, que foram portanto forjadas em França, como no caso anterior, mas com aquela base (Camilo, António Sardinha (4).

c) — São autênticas cartas de amor, escritas por uma mulher, que poderá ser Mariana Alcoforado, ou Mme de Pédégache (5), ou qualquer outra, a um gentilhomen, que também pode ser Chamilly, ou Clermont (6), ou outro — mas em qualquer caso originariamente em francês (Herculano, Paléologue, Sabugosa) (7).

d) — São de Mariana a Chamilly, escritas originariamente em português e traduzidas ou adaptadas com mais ou menos liberdade. É a opinião mais geral.

Quanto ao intermediário ou pseudo-intermediário francês, poderá ser ou o conde de Guilleragues, ou o advogado Subligny (8), senão o pró-

(1) Nota 11, pág. 307.

(2) Como L. Cordeiro teve de suprimir na 2.ª edição da sua obra as transcrições dos documentos, e a 1.ª edição não se encontra facilmente, podem estes dois termos ser lidos na obra do Sr. Dr. Asdrubal de Aguiar, *Soror Marianna, estudo sobre a religiosa portuguesa*, a págs. 18 e 21.

(3) Na *Lettre à d'Alembert*. Tradução do respectivo trecho em Luciano Cordeiro, ob. cit., pág. 38.

(4) A opinião fundamentada de António Sardinha vem em dois artigos insertos em *A Nação Portuguesa*, n.ºs 4 e 5 da 3.ª série (1925).

(5) Conjectura encontrada por Barbier num catálogo de livros, em 1808. Vem no seu *Dictionnaire des Ouvrages Anonymes*.

(6) Conjectura vagamente apresentada por Maurice Paléologue, num artigo da *Revue des Deux Mondes*, 15 Oct. 1889.

(7) A opinião de Herculano é-nos dada por Lopes de Mendonça no periódico *A Semana*, vol. II, 1852; a do Conde de Sabugosa vem na *Gente d'Algo*, a pág. 245 seg.. Sobre M. Paléologue, ver a nota anterior.

(8) Segundo a *Biographie Universelle* (Michaud, Paris, 1814), Subligny não

prio Chamilly. E a Mme Pédégache, como aventou Barbier, é talvez a *femme du monde* que escreveu as sete cartas que foram apenas às primitivas logo na segunda edição de Barbin.

* * *

O primeiro documento novo apresentado pelo prof. Green corresponde a uma pista já levantada por Luciano Cordeiro; trata-se do Privilégio de publicação, que lhe foi impossível ver (1). Eis como êle se reproduz no artigo da *Modern Language Review*:

«Ce jourdhuy 17 Novembre 1668 nous a été présenté a Paris le 28 Octobre 1668 signé Margeret pour cinq années pour un livre intitulé *Les Valentines lettres portugaises Epigrames et Madrigaux de Guilleragues*» (2).

Inferre de aqui o prof. Green que o registo dizia respeito a uma colectânea das obras de Guilleragues, e, visto que não se fala em tradução quanto às cartas, é porque eram da sua autoria. Seria pois o livreiro Barbin que teria resolvido publicá-las em separado e anònimamente, por conjecturar que, tratando-se dos amores clandestinos duma suposta freira, e num país que fôra o teatro duma recente campanha francesa (sic), o successo era maior se a obra fôsse apresentada como genuína.

Será legítima esta conclusão? Duvidamos, visto tratar-se dum registo, formalidade burocrática em que não é nada para estranhar a ausência de minúcias, como a de se tratar, em parte, duma tradução. E depois, o que se sabe dêste Guilleragues? Estamos de acòrdo com o prof. Green em que não está demonstrada a sua identidade com o conde Lavergne de Guilleragues, embora a cronologia e outras circunstâncias se não oponham. Mas, nesse caso, o facto é que se conhece ainda menos a seu respeito do que àcerca da nossa Soror ou Madre Mariana...

É esquisito que, dado o seu enorme successo, nunca fôsse reivindicada a autoria das cartas, se não são autênticas; mas sempre seria interes-

foi actor, como outros pretenderam. A indicação do nome de Subligny é-nos dada pela primeira vez em 1796 por Mercier de Saint-Léger, acrescentando: «Seria que Guilleragues fizesse as respostas de Chamilly» — as publicadas por Loyson — «e Subligny a tradução das Cartas da religiosa portuguesa?» (L. Cordeiro, *ob. cit.*, pág. 74).

(1) *Ob. cit.*, pág. 18.

(2) A data da concessão do privilégio confere com a dada na 1.^a edição de Barbin, cujas declarações legais vem traduzidas a págs. 307 da obra de Luciano Cordeiro.

sante comparar a sua linguagem com a de Lavergne de Guilleragues. Encontramos menção de vários trabalhos seus na *France Littéraire* de Quérard e nas várias enciclopédias francesas; êsses trabalhos são-nos, aqui em Portugal, inacessíveis, mas ignoramos a razão por que o professor Green, reconhecendo a conveniência do confronto, o não efectivou.

É curioso também notar que, em Inglaterra, há, entre outros costumes, o de escrever bilhetes ou cartas amorosas às meninas solteiras, bem como às solteironas, no dia de S. Valentim (14 de Fevereiro); e essas cartas chamam-se *valentines*. Segundo a *Encyclopædia Britannica*, «diz-se» que costumes idênticos se observavam em algumas partes da França, mas nada conseguimos averiguar a este respeito ⁽¹⁾. Que relação terá êste facto com os títulos indicados no Privilégio? E — *Les Valentines lettres portugaises* — seriam uma e a mesma coisa, ou duas obras diferentes? À minúscula inicial de *lettres* deverá atribuir-se algum valor, ou será apenas proveniente duma escrita descuidosa?

Procuramos encontrar menção de alguma colecção impressa de cartas dêsse género, em inglês ou mesmo em francês, mas sem resultado. São contudo frequentes as alusões a tais costumes nos escritores ingleses: em Chaucer, Shakespeare, Drayton, Burton, Donne, etc.

* * *

Os documentos seguintes constam de duas referências às cartas, pondo em dúvida a sua autenticidade, feitas ainda no século XVII — isto é, anteriores às conhecidas afirmações das Memórias de Saint-Simon (anos de 1703 e 1715) e de Duclos (ano de 1715) ⁽²⁾. A primeira é dum escritor chamado Gabriel Guéret, que morreu em 1688, e deixou um manuscrito intitulado *Promenade de Saint Cloud ou dialogue sur les auteurs*, publicado em 1757 nas *Memoires* de Bruys. Não se deve confundir esta obra com outra *Promenade de Saint Cloud*, a de Fromageot. O opúsculo de Guéret, embora sem data, foi evidentemente escrito entre 1669 e 1688. Duas perso-

(1) Lemos na *British Cyclopædia* que as práticas relativas ao dia de S. Valentim descendem talvez das antigas *Lupercais*, o que deveria implicar a sua difusão nos territórios do império romano; e o nosso illustre colega e amigo Dr. Teixeira Rego informa-nos de que em Portugal também existem tradições análogas. É pois natural, por todos estes motivos, que se tenham desenvolvido igualmente em França.

(2) L. Cordeiro, *ob. cit.*, págs. 66 e 67.

nagens, tendo estado a discutir o *Roman Bourgeois* de Furetière, continuam deste modo:

«Vous ne voyez pas que ce roman soit débité.» «Voudriez-vous juger de la bonté des livres par le débit? Il me semble qu'il y en a d'excellens qui pourrissent dans les boutiques pendant que d'autres qui ne valent rien se débitent avec chaleur. Il ne faut pas aller plus loin que les *Lettres portugaises*. N'est-il pas surprenant combien il s'en est vendu et je n'en vois pas d'autre raison si ce n'est le charme de la nouveauté et qu'on a pris plaisir de lire des lettres d'amour d'une religieuse, de quelque manière qu'elles fussent faites sans considérer que ce titre est le jeu d'un libraire artificieux qui ne cherche qu'à surprendre le public.

«Que vous souciez-vous» interrompit Cléonte, «qu'elles soient véritables ou non, pourvu qu'elles soient bonnes? N'ont-elles pas beaucoup de tendresse et seriez-vous homme à vouloir soutenir contre tous venant la fausseté des *Lettres portugaises* comme l'abbé Bourdelot soutient contre tout le monde la vérité du fragment de Pétrone? Croyez-moi, prenons ce que l'on nous donne de quelque main qu'il vienne, pourvu qu'il mérite d'être lu et donnons-nous de garde de ressembler à ces fanfarons qui ne voudraient pas d'une paire de gants si elle ne venait de chez Martial.»

«Il y a sans doute», repartis-je, «quelque tendresse dans ces lettres, si vous faites consister dans les mots passionnés comme les hélas, etc. Mais si vous la mettez dans les sentiments, à peine en trouverez vous deux qui soient remarquables. Et, en vérité n'est-ce pas une grande misère quand il faut lire un livre pour si peu de chose? D'ailleurs il n'y a pas même de style; la plupart des périodes y sont sans mesure et ce que j'y trouve de plus ennuyeux, ce sont de continuelles répétitions qui rabattent ce qui méritait à peine d'être dit une seule fois...»

A outra citação é do manuscrito *Fr. 21945* (pág. 71) da Bib. Nacional de Paris, contendo «uma análise e apreciação cuidadosas» das obras de cada ano, feita por um certo Monsieur de N..., que, assegura o professor Green, mostram ser o seu autor «um homem de discernimento e duma leitura invulgar, mesmo para o seu tempo». Em 1693, falando da *Lettre d'Héloïze à Abelard*, publicada em Amsterdão nesse ano, exprime a sua indiferença sobre se essa carta é ou não autêntica, mas sustenta a sua afinidade com as *Lettres portugaises*, «qu'on fit à plaisir il y a 24 ou 25 ans».

Sem dúvida que estas duas referências, pela sua relativa proximidade da data da publicação das cartas, têm algum pêso; não nos parece contudo que, mesmo juntas com o Privilégio, invalidem o conjunto, bastante mais sólido, das descobertas e conclusões de Luciano Cordeiro. Já êste próprio, de resto, apontara uma manifestação de dúvida bem mais próxima da edição *princeps*: numas das *Réponses aux Lettres portugaises*, as impressas

em Grenoble ainda no ano de 1669 ⁽¹⁾, alude-se às cartas da freira com a declaração de que se «não pretende esclarecer o leitor sôbre se as cinco cartas portuguezas são verdadeiras ou supostas, nem se elas se dirigem, como se diz, a um dos assinalados senhores do reino» ⁽²⁾. É verdade que acrescenta: «a ingenuidade e a paixão das cinco cartas, a poucas pessoas permitirão duvidar de que tenham sido verdadeiramente escritas»; mas o facto é que ambas estas passagens traduzem uma incerteza, embora leve.

* * *

Também encontrou o prof. Green, na Bibliothèque de l'Arsenal, um exemplar da edição de 1670 com uma nova atribuição de autoria; numa nota manuscrita, cuja letra, segundo lhe pareceu, deve ser do século XVII ou princípios do séc. XVIII: «Ces lettres sont attribuées par Mde. Desnoyers à Mlle. St. Aignan abbesse de la Joie près de Nemours. Elles sont écrites à M. de Ségur surnommé le Beau mousquetaire». Outra nota a seguir, numa caligrafia nitidamente do séc. XIX, diz: «On sait maintenant que ces lettres ont été écrites par M. d'Alcoforada religieuse tourière d'un convent de Lisbonne. Elles sont adressées au Chevalier de Chamilly depuis Maréchal de France». Acrescenta o prof. Green que esta «Mde. Desnoyers» é provavelmente Mme Dunoyer, mas que não pôde consultar uma colecção completa das suas Memórias; e que Mlle, de Saint-Aignan (1652-1734) foi efectivamente abadessa do convento de La Joie. Ainda segundo o articulista, a nota não tem valor intrínseco, e apenas mostra como as conjecturas andavam «no ar».

A nota do exemplar do Arsenal é verdadeira, mas a conjectura é infundada. A indicação vem a págs. 488 do tómo primeiro das *Lettres historiques et galantes* de Mme Du Noyer, que encontramos na Biblioteca Municipal do Pôrto, numa edição de Londres, 1741. A passagem aludida, que se segue a uma pitoresca narrativa dos amores Ségur — Saint-Aignan, reza assim: «On dit que c'est à cette Dame que l'on doit ces Lettres si passionnées qui ont paru dans le monde sous le nom de *Lettres Portugaises*. On pretend que c'est l'Abesse de la Joye qui les à écrites a M. de Segure, et que c'est pour depaïser la Scène qu'on a supposé qu'elles venoient de Portugal». Porém, segundo o *Dictionnaire Généalogique, Héraldique,*

(1) São as chamadas «respostas de Philippes», do nome do seu editor, em contraposição às do livreiro Loyson, publicadas também no mesmo ano. Estas últimas são apresentadas como autênticas, aquelas lealmente como fictícias.

(2) Tradução de L. Cordeiro, *ob. cit.*, pág. 60.

Chronologique et Historique de La Chesnaye-des-Bois ⁽¹⁾, «Henri-Joseph, aliàs Joseph-Henri, appellé marquis de Ségur», que se identifica plenamente ⁽²⁾ como o da anedota de Mme Du Noyer, morreu em 1737 com 76 anos de idade, isto é, nasceu em 1661, seis anos depois do casamento de seu pai, cuja data está explícita: 1655. Tinha assim apenas oito anos à publicação das *Lettres portugaises*, que portanto não podem dizer respeito aos seus amores com Mlle de Saint-Aignan.

Restaria datar a conjectura, ainda que sem fundamento. A edição mais antiga das cartas de Mme du Noyer de que encontramos menção (sob o nome de Mme C..) é a de Colónia, 1704 ⁽³⁾. A edição de 1741 traz no comêço do vol. I a seguinte nota: «Comme ces lettres ont été écrites avant la Paix de Riswic, le Lecteur ne doit pas être surpris si l'on parle des choses sur le pied qu'elles étaient dans ce temps-là. On ne donne ici qu'un Essai, qui, s'il est goûté du Public, sera suivi d'une continuation de pareilles Lettres, qui, étant plus nouvelles, auront encore plus d'agrément, et les unes et les autres ne contiennent que des faits très veritables, connus pour tels dans les Pays d'où les Lettres sont écrites». Esta nota refere-se apenas às cartas contidas nesse vol. I, como se percebe do contexto das do vol. II e seguintes; é pois natural que essas cartas já venham das primeiras edições. Por outro lado o tratado de Ryswyc, que pôs termo à guerra da Liga de Angsburgo, é 1697; e no artigo *Dunoyer* da *Biographie Universelle* (Michaud, Paris, 1814) diz-se que as suas primeiras cartas são de 1695.

Ora na obra de Marcel Langlois, *Louis XIV et la cour d'après trois témoins nouveaux* — uma das quais testemunhas é justamente Paul de Beauvillier, conde e depois duque de Saint-Aignan, irmão da abadessa de La Joye, e suposto autor dum manuscrito que seria em parte auto-biográfico — encontramos a pág. 82, muito secamente e sem que nos seja indicada a fonte, a data do escândalo: 1698. Não tivemos possibilidade de a verificar; mas, a não haver ali qualquer engano, então não só a referência à paz de Ryswyc como vários detalhes da narrativa de Mme Du Noyer estão

(1) A atribuição é de Barbier, no *Dictionnaire des Ouvrages Anonymes*, e interpreta as iniciais M. D. L. C. D. B. = Monsieur de La Chesnay-des-Bois.

(2) As palavras de Mme Du Noyer — «Le Roi a donné une Lieutenance Générale de Champagne au Marquis de Segure, antrefois si connu sous le nom de beau Mousquetaire. C'est encore un homme très bien fait, quoiqu'il ait une jambe de moins; car il en perdit une dans la dernière guerre à la bataille de Marsal» — só se podem aplicar ao marquês Joseph-Henri de Ségur.

(3) A partir da edição de 1710 anda apenso a estas cartas um volume de «Memórias».

errados. Diz-nos esta, por exemplo, que Mlle de Saint-Aignan era, ao tempo dos amores, *une jeune Nonnette*: ora, pela data do nascimento fornecida na *Histoire Généalogique* de Anselme, ela, em 1698, teria 46 anos. Também conforme o relato de Mme Du Noyer, M. de Ségur casa-se não muito depois do desfecho do seu idílio com Mlle de Saint-Aignan; e pelo *Dictionnaire Généalogique* vemos que casou em 1688. Fácilmente poderá, contudo, haver qualquer lapso ou mesmo êrro de imprensa nos algarismos de M. Langlois; para datarmos definitivamente a conjectura Du Noyer, se o caso ainda merece tal interêsse, seria pois necessário encontrar a fonte daquele historiador, que será talvez o «Journal» de Dangeau ou as «Memoires» do marquês de Sourches. Não os obtivemos no Pôrto.

* * *

Os argumentos de ordem literária em que o prof. Green apoia a sua tese da origem francesa das cartas são, em resumo, os seguintes:

A conjectura encontrada no exemplar da Bibliothèque de l'Arsenal liga as cartas aos *romans à clef* do reinado de Luís XIV. O teor das cartas também se integra no momento literário francês: a figura central tem tôdas as características duma *heroïne de roman* e até a sua declaração de estar pronta a servir a sua rival é um eco do célebre *motivo* da renúncia, tão popular na novela sentimental que começava a entrar no favor do público. O seu estilo é um prenúncio do estilo dessa novela sentimental, assim como da *comédie larmoyante*. Finalmente tudo nas cartas trái um arranjo artístico, e não uma espontânea naturalidade; e a própria falta de côr local está de acôrdo com o espírito da literatura francesa do séc. XVII, mais interessada em sentimentos e motivos do que em realismo pitoresco.

Explicar-se-iam dêste modo, também, tôdas as dificuldades que as cartas apresentam mesmo para quem aceita terem sido realmente escritas por Mariana Alcoforado, bem como as contradições que nelas se notam, ainda quando se distribuam na ordem que preconiza Mr. Paléologue — o professor Green não faz referência alguma à ordem adoptada por Luciano Cordeiro, e que já o tinha sido igualmente na edição de Kleffer, 1821.

Alguma coisa teríamos a ponderar a estes argumentos — o reconhecimento da influência das cartas é corrente nos críticos franceses, sem os levar, contudo, a concluir pela inautenticidade (1) — mas preferimos deixá-

(1) Tal é por exemplo a atitude do professor Paul Morillot, da Faculdade de Letras da Universidade de Grenoble, na grande *Histoire de la langue et de la littérature française*, dirigida por Petit de Juleville — tomo V, cap. X, pág. 555.

-los inteiramente à apreciação dos especializados. Limitar-nos hemos a reproduzir uma opinião que ainda não vimos citada, a juntar às do abade Saint-Leger, Dorat, Sousa Botelho (casado com uma francesa ilustre), Saint-Beuve, Crépet, Asse, Gaucher e Paléologue, tôdas as transcritas no livro de Luciano Cordeiro. É o testemunho de Barbier, na *Nouvelle Bibliothèque d'un homme de goût*, edição de 1810, vol. V, pág. 308:

LETTRES PORTUGAISES

«Les lettres qui portent ce titre ont été écrites en langue portugaise par Marianne Alcaforada, religieuse à Beja, entre l'Estramadure et l'Andalouzie; l'original est perdu et les recherches les plus exactes n'ont pu donner aucun renseignement satisfaisant á ce sujet. La traduction en est assez généralement attribuée á l'avocat Subligny; quoique écrite dans le dix-septième siècle, elle manque souvent de grâce, de naturel e même de correction; cependant telle est la vérité, la chaleur des sentiments dont elles sont remplies, qu'il est impossible de douter qu'elles n'aient été écrites par une aimante malheureuse, et qu'en les lisant, on ne suppose pas un seul instant que des choses si tendues (tendres?), si delicates, dites avec tant de négligence et d'abandon, aient pu sortir de l'imagination d'un auteur, quelqu'ingénieuse qu'on puisse se la figurer».

Segue-se uma referência à edição de Delance, de 1806, para a qual êle contribuíra com algumas anotações, e a informação a que já aludimos: «On doit á M. Boissonade la connaissance du non de la Religieuse Portugaise», etc.

* * *

Mas é nos argumentos de ordem histórica e topográfica que o artigo se abre mais à crítica. Em parte são repisados, em parte inteiramente descabidos, revelando mesmo no seu autor uma certa obstinação e cegueira.

Então Beja não fica, como diz a nota encontrada por Boissonade, entre a Extremadura — portuguesa — e a Andaluzia? Porque diz o Sr. Prof. Green que Luciano Cordeiro, traçando a genealogia da família Alcoforado, assentou numa certa *Maria* como sendo a *Mariana* das cartas? Acaso não consta dos termos de baptismo e de óbito o nome de Mariana? E não está igualmente justificada a expressão de Mariana àcêrca da «mediocridade da sua condição», em relação à nobreza bem mais sólida de Chamilly? (1) E a explicação tão cabal de Luciano Cordeiro àcêrca

(1) Salienta-o, por ex., António Sardinha, *art. cit.*, pág. 174.

da varanda ou miradouro de Mértola — a que dava para as portas da cidade assim chamadas, por delas partir a estrada para aquela vila ⁽¹⁾ — como pôde ela ficar incompreendida pelo ilustre articulista ⁽²⁾, que bastante cita o nosso meticoloso crítico, e alguma coisa o maltrata?

Julga o prof. Green que o anotador anónimo de Boissonade poderia ter tirado o nome de «Alcaforado» da tradução, ou melhor, adaptação, publicada também por Barbin, em 1771, duma das *Epanáforas* de D. Francisco Manuel de Melo, mas atribuindo-a a um tal D. Francisco «Alcaforado» ⁽³⁾; não será porém mais plausível supor que o próprio Barbin, sabendo ter a freira das cartas que publicara em 1669, o apelido de Alcaforado, e tratando-se, como diz o Sr. Green, duma «bogus translation», o aproveitasse ali para substituir o do primitivo autor?

A outra hipótese apresentada no mesmo artigo, a de que a indicação do nome de Alcoforado e da cidade de Beja teria sido fornecida por alguém conhecendo um pouco Portugal, talvez por qualquer oficial francês da época, seria bastante mais viável; mas como explicar, nesse caso, que Barbin tivesse chegado, independentemente, ao mesmo apelido para disfarçar D. Francisco Manuel de Melo? E se lhe juntarmos agora o aparecimento, justamente num convento de Beja, duma Mariana Alcoforado autêntica, e nas circunstâncias exigidas — não serão coincidências demais?

Quanto à possibilidade de se dar um tal caso de sedução nos conventos portugueses do tempo, que ao prof. Green custa a admitir, basta ler-se o decreto de 3 de Nov. de 1671 — cerca de quatro anos posterior aos amores — reproduzido pelo Sr. Dr. Asdrubal de Aguiar no seu *Estudo sobre a Religiosa Portuguesa*: . . . «por me ser presente o grande excesso, e demasia com que de algum tempo a esta parte se continua assi nesta Corte como no Reyno, com notorio escandalo, o trato e amizades illicitas com as Religiosas, violando huns sua clausura, com fim deshonesto, (de que ha poucos annos chegarão a publico alguns casos nos Juizos Ecclesiasticos e Seculares) e outros continuando nas grades dos Conventos com trato, e amizades indecentes. . . » O decreto renova e agrava depois, para os casos de reinci-

(1) L. Cordeiro, *ob. cit.*, págs. 183 e segs., 203 e segs..

(2) Comtudo o prof. Green, noutro ponto do seu artigo, citando como base a obra de Luciano Cordeiro, pág. 204, admite sem reparos (embora confundindo o que leu) a existência dum «portão (*gate*) conhecido pelo nome de *janello* (sic) de *Mertola*.» (!)

(3) Suposto companheiro de Zarco na descoberta da ilha da Madeira. L. Cordeiro, *ob. cit.*, pág. 22.

dência, as penalidades do de 1653, que eram de dois meses de prisão e oitenta mil réis de multa (1).

Voltam-se contra o próprio articulista as suas injustíssimas palavras sobre Luciano Cordeiro: « Realmente, com processos destes, a crítica deixa de ser um exercício da razão para se tornar num festim da fantasia ».

Entusiasmado com as suas descobertas, o prof. Green perde decididamente, nesta parte do seu artigo, a serenidade do homem de ciência.

* * *

Em resumo: os novos documentos não se nos afiguram de modo nenhum decisivos. O Privilégio apenas nos traz mais algumas probabilidades em favor dum Guillaques — mas não necessariamente Guillaques — como tradutor ou adaptador, contra Subligny; e as dúvidas de Guéret e M. de N., bem como a nova atribuição, tão somente corroboram que em certos espíritos existia a incerteza, como já se sabia. É natural e humana a suspeita de inautenticidade, em casos como o sujeito; mas a corrente Chamilly manteve-se ininterruptamente, o que prova a sua força, e esta era tal que, segundo nos afirma Barbier, se fizeram «les recherches les plus exactes» em busca do paradeiro do original (2).

Quanto a considerar as cartas como verdadeira e realmente do punho e do coração de Mariana Alcoforado, para algumas pessoas nem bastaria o aparecimento dos originais: seria ainda preciso que tivessem sido feitas diante de duas testemunhas, e reconhecidas por um membro idóneo do notariado português, com o sêlo imperioso: *Suum cuique tuetur!*...

(1) *Ob. cit.*, págs. 27 e 28.

(2) V. a transcrição que damos da sua breve crítica das *Lettres portugaises*, a pág. 14, *supra*.

LIBRARY OF THE
UNIVERSITY OF TORONTO
100 SPADINA AVENUE
TORONTO, ONTARIO
M5S 1A5
CANADA